



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ATA N.º 25/2012 -----

-----Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

ASSUNTOS

1 - APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, CONSTITUÍDAS PELO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES, PARA O QUADRIÉNIO 2013/2016 E O ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA 2013 E A PROPOSTA DE REGIME DE VINCULAÇÃO, CARREIRAS E REMUNERAÇÕES E O MAPA DE PESSOAL AO SERVIÇO NA CÂMARA MUNICIPAL PARA AQUELE ANO QUE, NOS TERMOS DO ARTº 5º DO DECRETO-LEI Nº 209/2008, DE 3 DE SETEMBRO E NOS TERMOS DO Nº 2, DO ARTº 4º DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, ACOMPANHAM A PROPOSTA DE ORÇAMENTO-----

D.A.G.F./DOC.1

----- Foram presentes pelo Presidente da Câmara as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2013/2016 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2013 e a proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço na Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do artº 5º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 3 de setembro e nos termos do nº 2, do artº 4º da lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, acompanham a proposta de Orçamento. -----

-----Na apresentação do assunto acima identificado o Presidente da Câmara procedeu ao seguinte enquadramento:-----

-----“A presente introdução visa proporcionar um enquadramento sucinto aos documentos previsionais, designadamente nos seus efeitos no ano económico de 2013, explicitando os princípios e opções que vão nortear, e condicionar, a ação do executivo autárquico no próximo ano. ---

-----É consabido que não se prevê a curto prazo uma melhoria substancial da situação económica e financeira em Portugal, existindo mesmo, na opinião de alguns dos mais conceituados analistas, a elevada possibilidade de, em 2013, a situação vivida no corrente ano se poder agravar no que respeita à necessidade adicional de medidas de austeridade para cumprimento dos objectivos assumidos perante a Troika, com os consequentes reflexos na vida das pessoas e das empresas, que como se tem vindo a constatar pelos números divulgados pelas entidades nacionais,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

comunitárias e mundiais, se traduzem numa desaceleração da economia e na queda do investimento e do consumo, com subjacente e preocupante aumento do desemprego. -----

-----Nenhuma entidade pública portuguesa se encontra imune ao contexto de crise e recessão, o que determina, no caso das autarquias, e em virtude da sua proximidade aos cidadãos, um enfoque inequívoco da atenção e dos recursos afetos à carência económica e à exclusão social, a par da manutenção de um nível aceitável de despesa, quer corrente quer de capital, que permita suavizar os efeitos na economia local de uma contenção radical dos gastos, que só poderia agravar o estado de coisas.-----

-----É sem dúvida da maior importância a gestão deste equilíbrio, que determina uma exigência enorme ao nível da tesouraria, dificultada pela previsível diminuição de uma fatia importante das receitas próprias que dependem da dinâmica da própria sociedade. -----

-----As GOP e o Orçamento, considerando as premissas acima expostas, foram assim elaborados com base em quatro linhas orientadoras muito claras: a ação social, contemplando diversas medidas com vista a apoiar os mais carenciados, a promover a ocupação de desempregados e a desenvolver um novo projeto de incentivo à natalidade, no sentido de potenciar a inversão de uma tendência verificada ao longo dos últimos anos; a prossecução da política de investimento, de forma a não contribuir para o sufocar da economia local, continuando a materializar o programa assumido e sufragado pelos eleitores nas eleições de 2009; a descentralização de meios nas freguesias, ressaltando a melhoria contínua que se tem vindo a realizar nos protocolos com estas entidades; e o aproveitamento e execução de todos os projetos, materiais e ou imateriais, com comparticipação de fundos, essencialmente, comunitários. -----

-----As GOP para o quadriénio 2013/16, e nomeadamente para o ano de 2013, apresentam um montante total de 13.946.000 €, inferior em 250.000 € ao do documento análogo para 2012. Se tivermos em linha de conta que foram incluídos, para o próximo ano, dois projectos no Objectivo Educação – Transportes Escolares e AEC – que, per si, representam um aumento de 700.000 €, o montante da redução seria cerca de 1.000.000 €.-----

-----Ou seja, sem estes dois projetos, o montante das GOP para 2013 seria reduzido em cerca de 7% face ao período homólogo que o antecedeu.-----

-----Enunciam-se, de seguida, por objetivo, os projetos e ações mais relevantes, quer em termos de significado, quer da sua dimensão financeira:-----

-----A Educação renova a sua importância no contexto da ação do Município, traduzida não só na conclusão, física e financeira, da empreitada do Centro Educativo de Nogueira do Cravo, e seu apetrechamento, mas também na Ação Social Escolar, nos Transportes Escolares, nas AEC, nas Bolsas de Estudo, no apoio aos Agrupamentos para expediente, limpeza e desenvolvimento do Plano de Atividades, e na aquisição de manuais, entre outros. -----

-----Em relação à ESTGOH, afirma-se o propósito de continuar a lutar sempre pela sua manutenção em Oliveira do Hospital, defendendo a sua importância para este concelho e para a Beira Serra, bem como a adequação da sua oferta formativa à realidade e oportunidades do plano regional. -----

-----Na Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, e no que concerne à Cultura, são referenciáveis a intervenção que se pretende levar a efeito no Centro de Interpretação das Ruínas Romanas de Bobadela, assumindo a Câmara Municipal aquilo que é responsabilidade do Governo, de reabilitação do edifício e da componente de musealização; e a reabilitação do antigo Quartel dos Bombeiros de Lagares da Beira, propriedade desta autarquia, e que se encontra em avançado estado de degradação.-----

-----Em termos de Desporto assume sempre um incontornável peso o apoio concedido ao funcionamento das coletividades e clubes concelhios. No entanto, afirma-se desde já a vontade do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

executivo em proceder a um novo ajustamento, no sentido de redução, dos apoios às equipas seniores federadas, como tem vindo a ser materializado desde a época 2011/2012, de forma gradual e com o conhecimento prévio de todos os interessados. -----

-----Em relação à Juventude, cumpre esclarecer que foi lançado recentemente um mecanismo com vista a estimular a sua participação cívica no processo de gestão autárquica, com o lançamento do Orçamento Participativo Jovem, com o objetivo de recolher sugestões que, depois de validadas, possam vir a ser uma realidade, por via de uma Revisão a ocorrer na primeira sessão da Assembleia Municipal de 2013.-----

-----O objetivo Ação Social foi aquele que nos últimos anos sofreu a maior variação positiva, quer em número de ações previstas, quer nos recursos alocados para execução. -----

-----De facto, para além da afirmação da disponibilidade da autarquia para compartilhar os investimentos considerados relevantes por parte das IPSS concelhias, responsáveis atualmente por quase seiscentos postos de trabalho, e das intervenções de requalificação de habitações de agregados carenciados, diretamente ou por via da concessão de subsídios, estão ainda contemplados nas GOP dois projetos que se reputam da maior importância – o Programa ATIVOSOCIAIS e o Programa de Apoio à Família. -----

-----Se no caso do ATIVOSOCIAIS se pretende dar continuidade ao trabalho já desenvolvido ao longo deste ano – até ao momento foram já contratadas 48 pessoas que se encontram a exercer funções em Juntas de Freguesia e IPSS concelhias – alargando o seu âmbito de intervenção à contratação por parte de empresas e ou de associações empresariais que as representem, introduz-se um novo projeto que pretende dar um forte contributo para a inversão da tendência de redução da taxa de natalidade que se faz sentir no país, e em particular no concelho, com os efeitos generalizadamente conhecidos. -----

-----Este projeto de incentivo à natalidade traduzir-se-á no apoio direto e continuado às famílias, até que cada criança atinja os três anos de idade, por via do pagamento mensal, até ao montante estipulado, de despesas de alimentação, saúde e educação tidas com a criança, efetuadas em agentes económicos concelhios, estimulando assim em simultâneo a economia local. -----

-----Em termos de apoios a conceder, e em virtude da sua especificidade, cumpre salientar a determinação da autarquia em apoiar a criação de uma obra social em Lagos da Beira, cujo projeto se encontra em fase final de revisão, no sentido de honrar a memória e vontade do Prof. Virgílio Hall, que por testamento legou uma avultada quantia, em bens e dinheiro, para prossecução deste desiderato. -----

-----Em relação à Saúde, área de atuação da exclusiva responsabilidade da administração central, a intenção para 2013 consiste na concessão de apoio à FAAD – Fundação Aurélio Amaro Dinis, a título de participação na aquisição de uma viatura com o objetivo de criar uma unidade móvel que promova a assistência junto das populações mais afastadas da sede do concelho, designadamente dos idosos. -----

-----Quanto à construção da nova Extensão de Saúde de Avô e à reabilitação da Extensão de Saúde de Ervedal da Beira, a Câmara Municipal renova a disponibilidade para compartilhar estes investimentos, esperando que de facto a Administração Regional de Saúde cumpra em definitivo o que foi protocolado, satisfazendo as necessidades legítimas destas populações. -----

-----No que respeita ao Objetivo 5 – Habitação e Urbanismo, vão assumir destaque na execução do próximo ano o projeto aprovado no âmbito do PRODER de eletrificações em espaços rurais que ainda denotam esta lacuna, o arranque da 1.ª fase de requalificação da envolvente da Igreja Moçárabe de Lourosa, e a empreitada de requalificação da Avenida Carlos Campos e da envolvente à Estação Central de Camionagem. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Neste caso, e após ter sido concluído o processo de diálogo com os representantes de todas as forças políticas com lugar no executivo municipal, acolhendo em grande parte as sugestões apresentadas pelos mesmos para melhoria do projeto inicial, a Câmara Municipal encontra-se já a desenvolver as démarches necessárias com vista ao lançamento do concurso público tendente à adjudicação. -----

-----No Objetivo 6 – Saneamento e Salubridade, pretende-se continuar o esforço de alargamento da rede de saneamento e tratamento de efluentes, honrando assim um dos compromissos claramente assumidos em 2009. São prioridade no próximo ano a conclusão da empreitada em execução na Moita, Formarigo e Carvalha, o saneamento do Bairro do Lagar, em São Paio de Gramaços, e dos Machorros, em São Gião, e o arranque da empreitada de prolongamento do saneamento na Avenida Principal e Quinta do Rio Seco, em Travanca de Lagos, e Quinta das Tapadas, em Bobdalela.-----

-----Caso exista aprovação de alguma das candidaturas apresentadas ao POVT – Programa Operacional Valorização do Território, a autarquia aumenta logicamente a disponibilidade financeira para poder avançar de forma mais célere e abrangente nesta matéria.-----

-----Em simultâneo, continuará a ser uma prioridade o acompanhamento do processo do saneamento em alta, de responsabilidade da empresa Águas do Zêzere e Coa, no sentido da sua conclusão, mas também da resolução dos diversos, e nalguns casos graves, problemas que têm persistido nas ETAR, e em particular na que serve a cidade de Oliveira do Hospital.-----

-----Ainda a este nível, deve ser referenciado que estão a decorrer os estudos com vista a uma verticalização do sistema, ou seja, à agregação da rede “em baixa”, o que determinará, caso venha a ser essa a decisão da autarquia, uma mudança de paradigma no modelo que está atualmente em vigor, passando a responsabilidade total para uma entidade externa, com absorção das infra-estruturas e recursos, incluindo os humanos, neste caso mediante cedência de interesse público. -----

-----Quanto à higiene pública, deve igualmente ser do conhecimento generalizado que a autarquia está a analisar cuidadosamente a concessão da recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados à AMRPB, em virtude das novas condições proporcionadas pelo concurso público recentemente realizado, sendo no entanto intenção que continue a existir alguma autonomia, com a permanência de uma viatura de menores dimensões que permita a realização de serviços pontuais relacionados com a realização de eventos ou o acréscimo de deposição motivado por aumento pontual de população, entre outros.-----

-----Necessariamente que estas decisões têm de ser ponderadas na sua plenitude, de forma a não onerar excessivamente os contribuintes, e também a garantir a qualidade de serviço que a autarquia tem vindo a prestar. -----

-----Em termos de Segurança e Proteção Civil, é renovada a intenção de apoio às corporações de bombeiros concelhias, quer em termos de funcionamento, quer na comparticipação de investimentos considerados relevantes, reconhecendo a elevada importância destas instituições em termos de apoio às populações concelhias, assumindo ainda destaque a política de prevenção de fogos florestais, através da manutenção e abertura de caminhos e estradões e de intervenções de silvicultura preventiva. -----

-----O Objetivo 8 – Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, o segundo maior em termos de dimensão financeira das GOP, apenas superado pela Educação e Formação Profissional, encerra em si mesmo projetos de diversa natureza, mas de elevada importância para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. -----

-----Salientam-se as empreitadas de abastecimento de água, que acompanham as já referenciadas aquando da abordagem ao tema do saneamento, a conclusão do processo de criação



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

de 5 circuitos pedestres, a intervenção na praia Fluvial de Alvôco das Várzeas, a empreitada de requalificação do Mercado Municipal, projeto interligado com a futura Estação Central de Camionagem, cujo contrato foi já celebrado, a realização da Feira do Queijo Serra da Estrela e da ExPOH, bem como o apoio a conceder aos eventos concelhios de referência na promoção dos produtos endógenos de qualidade – Feira do Porco e do Enchido, Festa da Castanha e Feira do Pão e das Bolas. -----

-----Inserido neste objetivo encontra-se o fomento empresarial, que no momento que vivemos assume um lugar de destaque no sentido de potenciar a criação de emprego e a geração e distribuição de riqueza. -----

-----Concluída que está a empreitada de infra-estruturação dos novos lotes da Zona Industrial, a autarquia está em condições de avançar no processo de atribuição dos mesmos, no sentido de possibilitar a deslocalização para esse espaço a empresas já existentes, bem como a instalação de novos projetos empresariais. -----

-----A autarquia pretende ainda concentrar esforços na resolução de um problema que se faz sentir com maior premência – a necessidade de espaços de menores dimensões do que as existentes nos lotes disponíveis para atribuição, para instalação de empresas também elas de menor dimensão. Esta situação ocorre não só em relação à Zona Industrial de Oliveira do Hospital, mas também no Pólo Industrial da Cordinha, estando a ser estudadas as soluções legais e técnicas que permitam a resolução desta questão de forma positiva.-----

-----É ainda de relevar a inscrição de um projeto para apoio ao desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Floresta, designado “Nossa Terra”, que resultou da aceitação por parte do executivo em permanência de uma sugestão partilhada pelos representantes na Câmara Municipal eleitos pelo PSD e pelo Movimento `Oliveira do Hospital Sempre`.-----

-----A intenção consiste em apoiar financeiramente projetos válidos de criação, expansão e ou modernização de negócios, com geração de postos de trabalho, num setor que, ao longo dos anos, tem vindo a ser gradualmente posto de parte, com claras implicações, designadamente ao nível da desertificação e do aumento considerável dos fogos florestais e da sua dimensão, por via do abandono das terras. -----

-----Quanto ao objetivo Comunicações e Transportes, que continua a apresentar um peso importante em termos de investimento, pretende-se avançar com a reabilitação e repavimentação das ligações Lajeosa / Lagos da Beira, Senhor das Almas / Nogueira, Lourosa / Limite do Concelho (Barril do Alva) e Vila Pouca da Beira / Lourosa. -----

-----Assume ainda destaque neste objetivo a materialização de um projeto reputado de imprescindível pela generalidade dos oliveirenses, a Estação Central de Camionagem, que para além de permitir a criação de condições dignas de espera para quem utiliza a rede de transporte coletivos, permitirá o ordenamento da circulação das viaturas pesadas de passageiros na cidade.--

-----No objetivo 10 – Defesa do Meio Ambiente, assume lugar de destaque a execução do projeto de limpeza das margens dos rios Alva, Alvôco, Seia e Mondego, encontrando-se em fase de elaboração de candidatura um projeto idêntico para o rio Cobral, apoiado no âmbito do PRODER, com um investimento elegível que ascende a 427.000 €, e que foi concebido em parceria com a CAULE.-----

-----De assinalar ainda que, no próximo ano, em virtude do acordo celebrado em 2009 com os presidentes de Junta de Freguesia do concelho, vai existir um reforço nas verbas destinadas à descentralização, sendo de relevar que este processo tem vindo a evoluir no sentido de corrigir algumas lacunas detetadas, mas no respeito pela autonomia das freguesias no que concerne à opção pelos investimentos a efetuar. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Esta breve súmula não poderia terminar sem uma referência expressa à BLC3, projeto em que o executivo deposita um enorme capital de esperança para o futuro deste concelho e da região.

-----Tudo indica que esta estrutura irá assumir uma importância acrescida nos próximos anos, funcionando como âncora do desenvolvimento regional, considerando que, à luz do que vai sendo tornado público em relação às linhas orientadoras do próximo período de programação financeira comunitária, a aposta será concentrada em entidades de I&D, na expectativa de que contribuam para um retorno de valor acrescentado à economia. -----

-----De facto, são inúmeros os projetos descritos nas GOP para o próximo ano, sendo certo que, independentemente da vontade do executivo, e certamente de todos os eleitos, alguns não serão passíveis de concretização. -----

-----No entanto, e apesar da redução em termos absoluto dos valores das GOP, seria porventura pouco aconselhável que não se inscrevesse a possibilidade de execução de alguns projetos, mesmo apenas com a alocação de verbas residuais, de forma a que se possa avançar com a sua concretização se vierem a existir condições para tal. -----

-----Esta opção conduz a um necessário empolamento do documento, com iguais consequências ao nível orçamental, mas julgamos que também deve ser reconhecido o esforço que foi efetuado, designadamente às portas de um ano com eleições autárquicas, para apresentar um montante total das GOP inferior ao do corrente ano. -----

-----Foram assim traduzidas, de forma sucinta, as ações e projetos que vão assumir importância no próximo ano. -----

-----Obviamente que existem diversas intenções de investimento que, por serem de menor dimensão financeira, não se encontram diferenciadas nas GOP, mas têm enquadramento nas de natureza geral. -----

-----Em conclusão, afirma-se neste documento a não resignação do executivo perante as dificuldades do concelho e do país. Pretende-se projetar, construir, fazer, sem no entanto colocar em causa o equilíbrio financeiro do Município. -----

-----Assume-se ainda o compromisso de não deixar de estar na linha da frente da defesa intransigente dos direitos da população concelhia, seja na luta pela conclusão dos IC, na manutenção da ESTGOH, na melhoria da prestação de cuidados básicos e assistência médica, ou na permanência dos serviços públicos atualmente existentes em Oliveira do Hospital. -----

-----A vontade, a disponibilidade e o espírito de reivindicação são os mesmos de sempre, para servir os Oliveirenses.” -----

-----Com conhecimento prévio da documentação enviada a todos os membros do Executivo e após os esclarecimentos prestados, o Presidente da Câmara solicitou aos senhores vereadores que se pronunciassem sobre o assunto em análise. -----

-----O vereador José Carlos Mendes, tomando uso da palavra, começou por se referir à entrega tardia de alguns dos documentos das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2013, reiterando a necessidade de alguns documentos, em determinadas situações, serem entregues aos vereadores com bastante antecedência para que assim possam proceder à sua análise de forma mais cuidada, ao que o vereador Paulo Rocha referiu que “de facto os serviços deviam ter sido mais diligentes, assegurando a entrega dos documentos na passada sexta-feira, no entanto, existiu um problema no *software* que não foi possível resolver na sexta-feira e que condicionou a emissão dos mesmos”, tendo no entanto sido remetida a versão final de trabalho das GOP’s. -----

-----O vereador José Carlos Mendes constatou igualmente que, ao contrário do que é dito na rua, “temos a noção de que as contas do município estão equilibradas, e isso satisfaz-nos”. Mais referiu que “é positivo que esse controle seja feito e que sejamos pessoas de bem de forma a respeitarmos os compromissos que assumimos”. Disse igualmente entender que ao longo dos anos, a Câmara



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Municipal de Oliveira do Hospital, nesse campo, fez e continua a fazer um bom trabalho. Frisou assim que “não comungamos dessa perspetiva, de que as contas da autarquia estão a descambar para áreas que não são as mais corretas”.-----

-----Quanto ao documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2013, declarou que “os vereadores eleitos pelo movimento de cidadãos Oliveira do Hospital Sempre – OHS consideram que este orçamento é o deslizar do anterior, ou seja, investimentos que no ano anterior constavam nas GOP mas que não foram executados, são agora incluídos neste documento”. Verificou existir uma ou outra situação nova, mas, da análise efetuada, conclui que a grande maioria dos objetivos são a repetição dos objetivos de 2013, à exceção daqueles que foram sendo executados. Disse igualmente verificar a falta de ambição nos objetivos das GOP's para 2013, salientando que “temos noção de que os tempos não são fáceis, no entanto, julgamos haver opções que podiam ter sido feitas através da inscrição de objetivos e investimentos que, de facto, pudessem ir ao encontro daquilo que se ouve aos nossos responsáveis políticos, ou seja, de que o investimento tem que ser fundamentalmente reprodutivo”. Acrescentou que “consideramos que só assim é possível ajudar o país a ultrapassar esta fase negra por que está a passar”. Mais referiu que “de futuro só teremos mais emprego no concelho se a autarquia investir em determinadas áreas, dando melhores condições aos privados para que estes possam investir e trazer mais empregos, que são fundamentais para que as pessoas possam continuar a viver no concelho de Oliveira do Hospital”. Mais declarou que “consideramos assim que há algumas áreas que são essenciais para o desenvolvimento do concelho”. Lembrou nomeadamente aquelas áreas que considera serem fundamentais para suprir as necessidades básicas do concelho, incluindo o abastecimento de água e saneamento. Disse reconhecer que a Câmara Municipal precisa de fazer muito mais no âmbito destas áreas, pois sabe que ainda existem várias situações no concelho que são preocupantes e que urge resolver. Entende assim que “há áreas, em que para que o investimento privado surja, deveriam ter, da parte do executivo, um conjunto de objetivos que permitissem fazer crer aos empresários de que vale a pena investir no concelho de Oliveira do Hospital, porque a Câmara Municipal está atenta e está no caminho certo para que isso aconteça”. Realçou a necessidade de intervenção da Câmara Municipal nas áreas do turismo, da agricultura e da floresta, que, na sua opinião, foram esquecidas quer pelo Governo, quer pelas autarquias locais, mas que, no seu entendimento, poderão servir para alavancar investimentos privados. Referiu também que “no que se refere à educação e formação entendemos que poderiam estar inscritos nas GOP outros objetivos que permitissem a qualidade de ensino que por nós é tão desejada e que corresponda às necessidades empresariais do concelho”. Considera tratar-se das áreas mais fundamentais para o desenvolvimento do concelho. -

-----Relativamente à Indústria disse que “entendemos que as GOP's e o Orçamento incluem a sinalização de investimento nesta área, mas consideramos que, neste momento, apesar da crise que vivemos, há pessoas que querem investir na Zona Industrial de Oliveira do Hospital e não o fazem porque simplesmente a Câmara Municipal não criou condições para o efeito. É necessário ter iniciativas e ações que permitam a essas empresas instalar-se naquele espaço, criando mais emprego”. Salientou tratar-se de uma área a que, na sua opinião, a Câmara Municipal devia dar mais atenção, criando mais objetivos nestes documentos. Declarou finalmente que “não estamos em desacordo com muitos dos objetivos constantes nos elementos em apreço, porque eles são consensuais e fundamentais para o desenvolvimento do concelho, mas vamos abster-nos na aprovação da presente proposta”. Esclareceu no entanto que “não votamos favoravelmente porque não encontramos no orçamento um conjunto de objetivos que consideramos essenciais para a criação de dinâmica e de um maior desenvolvimento do concelho através da criação de emprego, por ser aquilo de que mais necessitamos”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O vereador Mário Alves, tomando uso da palavra, disse estar desiludido com a apresentação que foi feita às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2013, esclarecendo que, tal se deve ao facto de estar a aguardar por um Plano e Orçamento, não de base zero, mas próximo da base zero. Constatou que da análise que efetuou aos documentos em apreço acontece precisamente o contrário, citando como exemplo a inscrição das seguintes verbas/ objetivos a seguir descritas: Pessoal - 3.950.000 euros; clubes - 300.000 euros; Associações/Coletividades - 110.000 euros; Associação Desportiva de Lagares da Beira (construção de relvado sintético) - 70.000 euros; Água e Saneamento - 850.000 euros; EDP - 400.000 euros; AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular - 200.000 euros; Centro Educativo de Nogueira do Cravo - 700.000 euros, acrescido de 105.000 euros para equipamentos; Transportes Escolares - 500.000 euros; Férias Ocupadas - 20.000 euros; Apoio a Instituições para Trabalho Solidário - 70.000 euros; Fundo de Emergência Social - 100.000 euros; Incentivo à Natalidade - 125.000 euros; Iluminação Rural - 350.000 euros; Avenida Dr. Carlos Campos - 600.000 euros; Saneamento à Carvalha Moita e Formarigo; Bombeiros - 170.000 euros; Água ao Formarigo Moita e Carvalha - 175.000 euros; Requalificação do Mercado Municipal - 775.000 euros; Juntas de Freguesia - 500.000 euros; Feiras/Certames - 100.000 euros; ADI - Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital - 40.000 euros; Planalto Beirão - 60.000 euros; Amortizações de Capital - 475.000 euros; Bolsas de Estudo - 50.000 euros. Salientou que “tudo somado rondará os 11 milhões de euros, mas eu considero que a Câmara Municipal terá pelo menos mais 3 milhões de euros disponíveis, ou seja, um total de 14 milhões de euros”, frisando que “ao que vejo o Plano e Orçamento de base zero seria aquilo que acabei de enunciar”. Disse entender que “neste momento, há rubricas que não se justificam”, defendendo a fusão de alguns dos objetivos constantes em Plano e Orçamento. -----

-----Pelo vereador Mário Alves foi ainda referido que “quanto às outras receitas e fora o inflacionamento contido naquilo que é perceptível de ser recebido de fundos comunitários que, na minha opinião, estão exageradamente previstos, só aí temos inscritos cerca de 5.608 milhões de euros”. Prosseguiu referindo que, contrariamente ao que foi dito pelo senhor vereador José Carlos Mendes, “estamos em tempo de políticas de verdade e a política de verdade do nosso município tem que ser assumida de uma forma muito clara, ou seja, se há projetos que estão lançados têm que ser executados, se há pessoas que passam dificuldades então as pessoas estão acima de qualquer projeto e como tal há que ter em atenção as questões sociais”. Defendeu assim que o apoio aos mais carenciados seja efetivamente um ponto de referência para o município. -----

-----Mais declarou que, na sua opinião, o executivo não teve capacidade de iniciativa em perceber onde é que de facto a Câmara Municipal deveria investir para promover a criação de emprego, corroborando da posição do vereador José Carlos Mendes no que se refere a esta matéria, nomeadamente no que diz respeito à agricultura, à pesca, à caça e à pastorícia. Disse que, na sua opinião, existem alguns segmentos em que a autarquia poderia apostar muito mais para tornar o concelho, a esse nível, mais atrativo, gastando pouco. Considera que a Câmara Municipal deve é apostar nestes domínios. Discordou do vereador José Carlos Mendes no que se refere à sua posição acerca das iniciativas industriais, pois considera que, atualmente, infelizmente, é algo que não existe, ou nalguns casos é uma iniciativa de oportunidade porque é vista como uma possibilidade de ir buscar dinheiro aos fundos comunitários, tal como aconteceu no passado. Afirmou assim que, neste tipo de empreendedorismo, não acredita. Considera no entanto que a Câmara Municipal deve é verificar em que segmentos é que efetivamente pode apostar. -----

-----Referiu-se ainda ao Parque Industrial de Oliveira do Hospital, realçando que, “para além das alterações que já foram efetuadas, e face à situação económico e financeira atual do país e àquilo que se vislumbra no futuro, dificilmente se instalarão naquele espaço empresas de grande dimensão”, defendendo a criação de mais lotes de pequena dimensão, para a criação do posto de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

trabalho próprio e mais 3/4 postos de trabalho. Considera assim que a Câmara Municipal deve apostar mais nesta área, porque à partida é mais sólida e na eminência de falência cria menos problemas sociais. Acrescentou que “temos uma boa oportunidade e julgo que a Câmara Municipal, se assim o entender, ainda está a tempo de reformular este Plano e Orçamento no sentido de lhe dar uma imagem mais próxima do real daquilo que pode ser a vida em termos de obras, de concretizações e bem assim do Orçamento para o próximo ano”. Referiu entender que “desta forma estes documentos tornam-nos a vida mais difícil no sentido de que temos de falar com as pessoas e dizer-lhes que é preciso cortar e reduzir nos custos”. -----

-----No que se refere ao controle das contas do município mais referiu que “é evidente que quem escreve sobre essas coisas e não tem o mínimo conhecimento de como é que elas funcionam, é como diz o velho ditado, “quando se abre a boca, ou entra mosca, ou sai asneira”. -----

-----Interveio o Presidente da Câmara manifestando a sua satisfação face ao reconhecimento tecido pelo vereador José Carlos Mendes no que se refere à continuidade da situação financeira do Município. Reconheceu tratar-se de um orçamento de continuidade, frisando que, neste momento, não poderia ser de outra maneira. Esclareceu no entanto que a presente proposta foi elaborada tendo por base as sugestões que ao longo do ano foram sendo apresentadas pelos senhores vereadores, incluindo o incentivo à natalidade e a recuperação de casas na zona histórica da cidade. Explicou que “este executivo não quer um orçamento só seu mas sim um orçamento que resulte das propostas/ sugestões que foram sendo apresentadas e discutidas em reunião da Câmara Municipal”. -----

-----O vereador Mário Alves sugeriu no entanto ao Presidente da Câmara que os 5 milhões de euros, inscritos em “outas receitas”, sejam anulados para que o Plano seja reduzido aos 18 milhões de euros. -----

-----Ainda sobre este assunto, interveio o vereador Paulo Rocha prestando os necessários esclarecimentos relativamente à inclusão em Plano de alguns objetivos, explicando que “procedeu à agregação da maior parte das rubricas com classificações iguais, para simplificar”. -----

-----Pelos senhores vereadores foram tecidas breves considerações/ apreciações relativamente a esta matéria. -----

-----O vereador Paulo Rocha explicou igualmente a razão da inclusão de apoio às Juntas de Freguesia, em quase todos os objetivos, admitindo no entanto ser possível reduzir o montante das GOP's. Afirmou que nesta fase em que o discurso nacional é assente nas palavras austeridade e corte uma redução drástica do montante das GOP's e Orçamento poderia ter efeitos adversos na perceção dos munícipes em relação à capacidade financeira da autarquia e condições para a realização no próximo ano. -----

-----O vereador Mário Alves esclareceu que aquilo que se pretende é que o Plano e Orçamento se aproximem cada vez mais da realidade, ou seja, da sua execução. -----

-----Ainda sobre este assunto, interveio o vereador José Francisco Rolo referindo que “temos que evitar uma espécie de estilo bipolar em termos de análise política do presente Plano e Orçamento”. Lembrou que, aquando da última visita a Portugal, a Sr^a Angela Merkel dizia que “*mais de 50% da economia é psicologia, isto é, estado de espírito, estados da alma perante expectativas, positivas ou negativas e gestão dessas expectativas*”, frisando que “a economia é basicamente isto”. Mais referiu que “numa altura de expansão da economia o discurso é sempre na lógica de aumentar o investimento, ou seja, nesses períodos de expansão, o discurso é, uns dizem que é preciso empolar..., que o empolamento é meritório porque revela ambição... e depois há aqueles que dizem, há falta de ambição..., deveria haver mais ambição..., deveríamos ir mais longe... Mas nas alturas de recessão, austeridade, o discurso recomendado é, cortar...cortar...cortar...e estar com os pés bem assentes na realidade”. Concluiu recomendando que seja tido em conta o meio-termo, ou seja, com um pé no realismo e outro pé em manter os níveis mínimos de esperança e confiança.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Mais referiu que “e isso faz-se através de uma gestão equilibrada de expectativas”. Considera assim que “este Orçamento e Plano para 2013, é desde sempre, o mais realista do Município de Oliveira do Hospital”, Salientou que “é um orçamento assente nas realidades sociais emergentes e nas realidades económicas emergentes. Com este Plano e Orçamento o Município de Oliveira do Hospital consegue realizar investimento, ao contrário de outros municípios, que simplesmente nem conseguem responder aos compromissos que estabeleceram em anos anteriores, consegue realizar investimento, obras novas até, tem a capacidade de ir ao encontro de novos financiamentos e investir na qualidade de vida da população e acima de tudo está preparado para questões sociais, nomeadamente no que se refere ao apoio a famílias carenciadas e ao apoio a desempregados, ou seja, uma questão que aqui foi assumida como prioritária para o ano 2013”. Entende assim que “numa época de “negrume”, deceção e até de depressão coletiva, este orçamento, dada a sua forte matriz social, é na verdade um orçamento de esperança”. Considera também que “é um orçamento que mantém “vivo” o território, as instituições e coletividades do concelho de Oliveira do Hospital”, declarando que “permite descentralização para as freguesias e permite manter vivo o associativismo, ou seja, com este orçamento, sem entrarmos em ambições desmesuradas e sem perdermos o pé da realidade, a Câmara Municipal tem condições para manter bem assentes os pilares básicos de funcionamento da comunidade oliveirense”. Concluiu referindo que “relativamente à componente económica e empresarial, este orçamento também inclui soluções para, no ano 2013, emergirem pequenos e médios negócios que criem na ordem dos 5 a 10 postos de trabalho para que ajudem a reduzir, gradualmente, o desemprego no concelho, permitindo assim que Oliveira do Hospital continue na linha da frente relativamente a um empreendedorismo realista e assente nas capacidades dos empresários locais”. Também referiu que “o Governo tem que fazer o seu trabalho que será avaliado no período próprio, ou seja, no final do mandato. Tal como foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara “atualmente, a Câmara Municipal desfruta de boa condição económico e financeira, esse mérito não é da exclusiva responsabilidade deste executivo, advém de um processo gradual, que vem detrás e que tem vindo a ser consolidado, agora, o Governo tem que fazer o seu trabalho e da sua quota parte é visível a retração no investimento. No entanto, felizmente, o Município de Oliveira do Hospital está em melhores condições de solucionar os problemas do seu território, do que o Governo Português de solucionar os problemas do país, ou seja, temos mais capacidade de responder às necessidades das pessoas, das instituições e das empresas do que o Governo, infelizmente, tem em relação ao país”. Afirmou que “este é um orçamento equilibrado, sério e realista, pelo que voto favoravelmente a presente proposta”. -----

-----Interveio o vereador Mário Alves salientando que “a economia tem muito de psicologia, os tais 50%, só que há um problema na economia que a psicologia não resolve, e que é o endividamento. A psicologia leva, necessariamente à obsessão e ao endividamento, e por isso é que, neste momento, há a obsessão da dívida, quando anteriormente havia a obsessão de qualquer tipo de investimento e por isso é que hoje existem milhões de euros que foram gastos em investimento que, de mais-valia para a economia do país, trouxeram zero”. Lembrou o caso das autoestradas que não têm fluxo de tráfego que o justifique, porque não se autossustentam, aquilo que seria normal e natural. Mais referiu que “a realidade de um plano discute-se na conta de gerência, não é agora”. Referiu considerar que “se se mantiverem os valores que estão inscritos em Plano e Orçamento para o ano de 2013, significa que vai haver uma execução na ordem dos 50%, e talvez nem a isso chegue”. Verificou ainda que “o incentivo à natalidade é efetivamente um dos principais objetivos a ter em conta, quer no concelho, quer no país”. Defendeu também a inclusão em Plano e Orçamento uma verba destinada aos programas de incentivo à agricultura, à pastorícia, à caça, à pesca, etc, por considerar que o Município tem condições para desenvolver essas atividades”. Esclareceu que apenas pretendia rebater a ideia do vereador José Francisco Rolo, do expansionismo e da retração,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

pois não defende nem uma coisa nem a outra. Explicou que se situa no meio-termo, razão pela qual a sua proposta é precisamente de meio-termo.-----

-----O vereador José Carlos Mendes disse que, depois de refletir sobre o assunto, considera que as questões relativas aos incentivos à natalidade têm que ser tratadas pelo Governo e não pelas Câmaras, isoladamente. Entende que até podem até ser dados apoios de incentivo à natalidade, mas se não houver empregos os jovens abandonarão o concelho, ao que o vereador Mário Alves respondeu “da mesma forma que a responsabilidade de assistir as pessoas que estão desempregadas, sem subsídio, também não é das Câmaras Municipais, mas sim do Governo”.-----

-----O vereador Mário Alves continuou referindo que, no que se refere ao saneamento público, “só o devemos fazer onde efetivamente o PDM prevê expansão, ou seja, núcleos urbanos ou centros urbanos, acontece que, nas Quintas do Rio Seco, por exemplo, não se pode construir porque o PDM não prevê construção naquela área”. Salientou que, por essa razão, não podemos pensar em executar rede de saneamento público em todos os sítios”.-----

-----Em face do exposto, o Presidente da Câmara garantiu que iria acrescentar em Plano e Orçamento uma rubrica geral com vista ao desenvolvimento de programas de apoio e incentivo à agricultura, à pastorícia, à caça, etc. Reconheceu ainda que a fusão de algumas rubricas/ objetivos inscritos em Plano e Orçamento farão todo o sentido.-----

-----**Com conhecimento prévio da documentação enviada a todos os membros do executivo e analisado o assunto, entre várias intervenções sobre a matéria em discussão, foi o mesmo submetido à votação, tendo a Câmara Municipal deliberado, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e as abstenções dos Vereadores Mário Alves, José Carlos Mendes e Telma Martinho, conforme intervenções aduzidas sobre a matéria em apreço, aprovar as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2013/2016 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2013, cujo valor ascende a 23.078.100,00 € (vinte e três milhões, setenta e oito mil e cem euros), com as correções/revisões propostas, conforme documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta ata.**-----

-----**No que se reporta à proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e Mapa de Pessoal ao serviço na Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do artº 5º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 3 de setembro e nos termos do nº 2, do artº 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, acompanham a proposta de Orçamento, foi a mesma aprovada por unanimidade.**-----

-----**Mais foi deliberado, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, na sua atual redação, submeter aqueles documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal.**-----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO VEREADOR MÁRIO ALVES**-----

-----O vereador Mário Alves declarou abster-se na aprovação da presente proposta pelas razões acima aduzidas na sua intervenção e bem assim por questões que já enumerou em anos anteriores sobre esta matéria, esclarecendo no entanto que “não sou contra a execução de obras, posso é estar em desacordo com as prioridades estabelecidas, que são matérias totalmente diferentes”. Declarou ainda que no que se refere ao saneamento básico entende que é uma questão que deve ser devidamente equacionada por parte da Câmara Municipal, pois considera que, provavelmente é muito mais rentável para a autarquia para pequenos aglomerados dispersos ter um serviço de recolha de efluentes, gratuito, do que estar a fazer redes públicas onde o PDM não dá possibilidade



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

a que exista mais construção, pelo facto de não serem núcleos ou centros urbanos. Disse defender que “tudo aquilo que está definido em PDM como núcleo ou centro urbano, e que possa ser objeto de expansão, pode e deve ser servido pelas redes de água e saneamento”, frisando que “noutro tipo de aglomerados é insustentável ”.-----

2 - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -----

DOC.2

----- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta relativa à reorganização dos serviços municipais que a seguir se transcreve: -----

----- “Em execução do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que estabelece o novo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, por deliberação de 10 de novembro de 2010, reorganizou os serviços municipais sob a forma de estrutura hierarquizada e matricial compreendendo: -----

----- - **duas unidades orgânicas nucleares;** -----

----- - **seis unidades orgânicas flexíveis;**-----

----- - **duas subunidades orgânicas e**-----

----- - **uma equipa multidisciplinar.** -----

----- A Câmara Municipal, por deliberação de 10 de dezembro de 2010, no respeito pelos limites fixados pela Assembleia Municipal, aprovou o modelo de estrutura flexível composto por cinco unidades flexíveis. -----

----- Foi entretanto publicada a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que, restringindo o número de cargos dirigentes das autarquias locais, impõe a adequação das estruturas municipais às regras nela previstas, até 31 de dezembro de 2012 – respetivo artigo 25º, n.º 1. -----

----- Da aplicação dos critérios constantes nos seus artigos 7.º, n.ºs 1 e 3, 8.º, n.º 1, b) e 9.º n.º 1 resulta que no Município de Oliveira do Hospital, ao nível do pessoal dirigente, apenas podem ser providos um cargo de diretor de departamento (direção intermédia de 1.º grau), quatro cargos de chefe de divisão municipal (direção intermédia de 2.º grau) e um cargo de direcção intermédia de 3.º grau ou inferior, sendo os chefes de equipa multidisciplinar contabilizados para efeitos dos limites ora descritos, tendo em consideração o cargo dirigente relativamente ao qual o respetivo estatuto remuneratório é equiparado. -----

----- Face o exposto e tendo em conta as supracitadas normas impõe-se que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital proponha à Assembleia Municipal, no âmbito da organização interna dos respetivos serviços: -----

----- **1 - A redução de duas para uma das unidades nucleares (n.ºs 1 e 3 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 49/2012, de 27 de agosto);**-----

----- **2 - A redução de seis para quatro das unidades orgânicas flexíveis (8.º, n.º 1, b) e 9.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 49/2012, de 27 de agosto);**-----

----- **3 - A manutenção de uma equipa multidisciplinar (n.º 2 do art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 49/2012, de 27 de agosto;** -----

----- **4 - A manutenção do número de duas subunidades orgânicas existentes (alínea a) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro);**-----

----- **5 - A fixação das competências, da área, dos requisitos de provimento e respetiva remuneração do dirigente de 3º grau (n.º 3 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto);**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- 6 - A aprovação do estatuto remuneratório dos chefes das equipas multidisciplinares definido por equiparação ao dos chefes de divisão municipal (n.º 1 do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro); -----

----- A aprovação da atribuição aos titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus de despesas de representação no montante legalmente fixado para o pessoal dirigente da administração central (art.º 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto) e que lhes vem sendo abonado desde a sua fixação, por deliberação tomada pela Assembleia Municipal em sessão de 28 de abril de 2000, com efeitos à data da entrada em vigor daquela Lei.” -----

-----Analisado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal ao abrigo do disposto do artº 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, e do nº 1 do artº 25º da Lei nº 49/2012, de 27 de agosto, conjugado com o disposto na alínea n) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação. -----

D.A.G.F./DOC.3

-----Ainda no que se refere ao Modelo de Estrutura Flexível, pelo Sr. Presidente da Câmara foi apresentada a proposta para criação das unidades orgânicas flexíveis e respetivas atribuições e competências do Município de Oliveira do Hospital, que a seguir se transcreve na íntegra: -----

-----“Nos termos da alínea a) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, é da competência da Câmara Municipal, sob proposta do seu Presidente, aprovar a criação de unidades orgânicas flexíveis, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Municipal, definindo as respetivas atribuições e competências. -----

-----Considerando que: -----

-----o n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 49/2012, de 27 de Agosto, impõe que os municípios aprovem a adequação das suas estruturas orgânicas, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, às regras e critérios daquela Lei até 31 de Dezembro de 2012; -----

-----na presente reunião foi aprovada a proposta de reorganização dos serviços (modelo de organização interna do município de Oliveira do Hospital, estrutura nuclear dos serviços municipais e disposições relativas a cargos de direção intermédia de 3.º grau.) a submeter à Assembleia Municipal em conformidade com as disposições legais referidas; -----

-----compete à Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro criar unidades orgânicas flexíveis e definir as respetivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal; -----

-----o prazo legalmente fixado para adequação da estrutura orgânica termina já no final do corrente mês, proponho nos termos do disposto na alínea a) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro que a Câmara Municipal aprove a estrutura e composição das unidades flexíveis como a seguir se descreve, ficando a eficácia de tal aprovação condicionada à aprovação do modelo de organização interna do município de Oliveira do Hospital, estrutura nuclear dos serviços municipais e disposições relativas a cargos de direção intermédia de 3.º grau pela Assembleia Municipal. -----

-----Face ao disposto na alínea a) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, proponho à Câmara Municipal que a estrutura flexível seja composta por 4 (quatro) unidades orgânicas flexíveis, designadamente: -----

a) Enquadradas na unidade nuclear Departamento de Administração Geral e Finanças -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

- a - Unidade de Gestão Financeira e Patrimonial.-----
- b) Não enquadradas em unidades nucleares:-----
- a - Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais;-----
- b - Divisão de Planeamento e Gestão do Território.-----
- C - Unidade de Desenvolvimento Económico e Social.-----
- As Divisões criadas são asseguradas por cargos dirigentes com a qualificação de cargos de direção intermédia de 2.º grau, designados de Chefes de Divisão.-----
- As Unidades criadas são asseguradas por cargos dirigentes com a qualificação de cargos de direção intermédia de 3.º grau, aplicando-se aos mesmos as disposições que constam do *Modelo de organização interna, estrutura nuclear dos serviços municipais e disposições relativas a cargos de direção intermédia de 3.º grau*.-----
- As competências das unidades orgânicas flexíveis com vista à plena prossecução das atribuições do Município, segundo os princípios estabelecidos no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, bem como as suas dependências hierárquicas constam no *Modelo de estrutura flexível dos serviços municipais*, em anexo, **proponho à Câmara Municipal a sua aprovação**.-----
- As competências das unidades orgânicas do Município resultam da conjugação e detalhe das atribuições referentes à unidade orgânica nuclear (departamento) e das ora propostas, referentes às unidades flexíveis (divisões e unidades), pelo que deverão ser observadas complementarmente às competências presentemente propostas, a aprovar pela Assembleia Municipal na sua sessão de 15 de dezembro”.-----
- Analisado o assunto, Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta para criação das unidades orgânicas flexíveis e respetivas atribuições e competências com vista à plena prossecução das atribuições do Município, segundo os princípios estabelecidos no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, bem como as suas dependências hierárquicas que constam no *Modelo de estrutura flexível dos serviços municipais*, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata (DOC.3), ficando a eficácia da total aprovação condicionada à aprovação do modelo de organização externa do Município de Oliveira do Hospital e estrutura nuclear dos serviços municipais e disposições relativas a cargos de direção intermédia de 3º grau pela Assembleia Municipal.**-----

3 - ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA ADEPTOLIVA-----

D.A.G.F./DOC.4

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara uma proposta de alteração aos Estatutos da ADEPTOLIVA, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, submeter o presente documento à aprovação da Assembleia Municipal, com as alterações propostas, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----

4 - ATIVOSOCIAIS – PROGRAMA DE APOIO E INTEGRAÇÃO SOCIAL – AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS-----

-----O Vereador Paulo Rocha informou o executivo da necessidade de solicitar à Assembleia Municipal a ratificação da repartição de encargos subjacente à despesa decorrente da celebração de 48 Contratos de Atribuição de Ajudas no âmbito do programa AtivoSociais.-----

-----O montante total da despesa assumida ascende a 50.644,40€ (cinquenta mil, seiscentos e quarenta e quatro euros e quarenta cêntimos) distribuída de acordo com a seguinte estimativa:-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----No orçamento de 2012, a assunção de uma despesa no montante de 15.380,24€ (quinze mil, trezentos e oitenta euros e vinte e quatro centavos);-----

-----No orçamento para 2013 a estimativa do custo a suportar é de 35.264,16€ (trinta e cinco mil, duzentos e sessenta e quatro euros e dezasseis centavos). -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, solicitar ao abrigo da alínea c) do nº. 1, do artigo 6º., da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, à Assembleia Municipal a ratificação da autorização deste compromisso plurianual. -----

----- APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente ata em minuta. -----

-----A presente ata foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº 4 do D. L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. - -----

----- CONCLUSÃO DA ATA-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **treze horas e vinte e oito minutos**, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 4 de dezembro de 2012-----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DE 4
DE DEZEMBRO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta ata ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de agosto.**